

Parecer nº 83/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 582

ASSUNTO: Reclamação apresentada por Fernando José Barbosa e Silva Soares.

I. Do pedido

1. Fernando José Barbosa e Silva Soares requereu ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, passagem de certidão com o número de faltas ao trabalho no mês de Outubro de 1998 e dias em que ocorreram, por parte de Manuel António Pinto dos Santos e Margarida Maria Guedes Cerejeira Fontes dos Santos, ambos funcionários daquela Câmara Municipal.
2. O Presidente da Câmara Municipal indeferiu tal pedido com o fundamento de consubstanciar uma “consulta de documentos de carácter nominativo, com dados pessoais e se entender ser abusiva e violadora da privacidade dos funcionários em questão”.
3. O requerente veio apresentar reclamação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) de tal decisão, devendo o parecer ser emitido nos termos do nº 2 do artº 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, sobre o acesso aos documentos da Administração (LADA).

II. Apreciação

4. De entre os mecanismos processuais possíveis para aceder à informação pretendida decidiu o reclamante accionar os previstos na LADA.

5. A questão central é a de saber se documento que contenha a informação pretendida – número de faltas de funcionários públicos e datas em que ocorreram – deve ser considerado documento de natureza nominativa.

6. Ora, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 4º são documentos nominativos:

“quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”, e a alínea c) da mesma disposição considera dados pessoais:

“informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”

7. É indubitável que informação sobre faltas não envolve qualquer apreciação ou juízo de valor. É um dado objectivo.

8. Estará tal informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada?

Não. A referida disposição normativa remete para dois níveis de protecção. O relativo à “vida privada” e, mais restritamente, o relativo à “intimidade da vida privada”.

Ora, informação sobre falta de funcionário público – dado objectivo sobre ausência ao serviço – não é elemento da sua vida privada: é um dado de conhecimento público no serviço e, com probabilidade, na sua relação com utentes. E, muito menos, se poderá integrar no núcleo que a lei tutela como “intimidade da vida privada”.

9. Posição diferente poderia suscitar-se, se se pretendesse aceder a documento justificativo da ausência ao serviço. Mas não é isso o que, no processo, está em causa.

III. Conclusão

10. Em conclusão, nos termos do nº 1 do artigo 7º e da alínea c) do nº 1 do artigo 12º, a Câmara Municipal deve proceder à passagem da certidão requerida.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)